UNIVERSIDADE FEDERAL DO VALE DO SÃO FRANCISCO

MESTRADO
EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ENSINO COLABORATIVO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES:

possibilidades para a educação inclusiva à luz do novo marco normativo

Carla de Novaes Veiga de Araujo 1
UNIVASF (Brasil)
carla.araujo.univasf.t5@gmail.com
Vanessa Nascimento dos Santos 2
UNIVASF (Brasil)
vanessa.nsantos@univasf.edu.br

Resumo: A Educação Inclusiva pressupõe práticas pedagógicas capazes de reconhecer a diversidade dos estudantes e enfrentar barreiras à participação, aprendizagem e permanência na escola. Nesse processo, a formação dos educadores constitui dimensão fundamental, pois a inclusão requer transformações nas práticas pedagógicas, na organização do trabalho docente e nas relações estabelecidas no cotidiano escolar. No Ensino Médio, essas demandas assumem características próprias diante da complexidade curricular, da diversidade dos sujeitos e das diferentes atribuições dos profissionais.

Nessa perspectiva, o Ensino Colaborativo ganha relevância por fundamentar-se na colaboração profissional, no diálogo, na corresponsabilidade, na reflexão sobre a prática e na construção conjunta de possibilidades pedagógicas. Esse pode também ser compreendido como possibilidade de formação continuada e em serviço, uma vez que sua efetivação exige aprendizagem conjunta, compartilhamento de conhecimentos, análise de demandas reais da sala de aula e estratégias pedagógicas inclusivas.

A discussão torna-se ainda mais pertinente diante das mudanças normativas ocorridas a partir de 2025. O Decreto nº 12.686/2025, posteriormente alterado pelo Decreto nº 12.773/2025, instituiu novo contexto para a Educação Especial Inclusiva, no qual o aperfeiçoamento constante dos profissionais da educação assume maior centralidade. Em 2026, novas normativas ampliaram essa discussão.

Diante desse cenário, formulou-se a seguinte questão: como o Ensino Colaborativo pode contribuir para processos de formação continuada de educadores voltados à Educação Inclusiva no contexto do novo marco normativo? Como questões complementares, indaga-se: quais elementos da produção científica recente aproximam o Ensino Colaborativo da formação continuada ou em serviço? Como essa articulação se relaciona às práticas inclusivas no Ensino Médio? Quais condições e desafios são identificados para sua efetivação?

O objetivo geral é analisar as possibilidades do Ensino Colaborativo como prática formativa no contexto da formação continuada de educadores para a Educação Inclusiva, considerando as orientações do novo marco normativo instituído a partir de 2025. Especificamente, busca-se: a) mapear as intersecções conceituais entre trabalho colaborativo, aperfeiçoamento em serviço e inclusão na etapa do Ensino Médio; b) sintetizar as convergências da literatura selecionada; e c) correlacionar as diretrizes normativas recentes com as condições concretas de articulação entre formação e práxis inclusiva.

A discussão vincula-se diretamente ao eixo temático Práticas e Processos Formativos de Educadores para a Educação Inclusiva, por compreender a formação profissional como

dimensão articulada às práticas pedagógicas e às condições necessárias à construção de uma escola inclusiva.

O referencial compreende a Educação Inclusiva como processo de transformação das práticas escolares e de superação de perspectivas históricas marcadas pela exclusão, segregação e integração. A perspectiva histórico-cultural contribui para compreender aprendizagem e desenvolvimento como processos constituídos nas relações sociais, na interação e na mediação. Associada à perspectiva dialógica da educação, essa compreensão permite conceber a formação como processo permanente, reflexivo e relacionado à realidade concreta das práticas profissionais.

Sob essa ótica, o aperfeiçoamento docente é tomado em seu caráter contínuo, intrinsecamente ligado à evolução profissional e ao exame crítico do fazer pedagógico, superando modelos pontuais ou meramente instrucionais. A literatura científica recente relaciona formação colaborativa, ampliação de repertórios metodológicos, reflexão sobre a prática, inclusão como responsabilidade coletiva e atuação conjunta dos profissionais.

Nesse contexto, o Ensino Colaborativo é compreendido como forma de organização do trabalho pedagógico baseada na colaboração, corresponsabilidade, diálogo, planejamento conjunto e construção compartilhada de estratégias. Mais do que técnica isolada, constitui possibilidade de reorganização das relações profissionais e das práticas pedagógicas, favorecendo aprendizagem profissional no próprio contexto de trabalho.

O novo marco normativo também integra o referencial. O Decreto nº 12.686/2025 instituiu a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, posteriormente alteradas em dispositivos pelo Decreto nº 12.773/2025. Em 2026, a Portaria MEC nº 421/2026 regulamentou a política e a rede, enquanto a Portaria MEC nº 572/2026 instituiu Centros de Formação Continuada e em Serviço em Educação Especial Inclusiva. Esse conjunto normativo não é tomado como determinante da adoção do Ensino Colaborativo, mas como referência contemporânea para compreender a centralidade atribuída à formação continuada e em serviço.

Trata-se de pesquisa qualitativa, de natureza básica e caráter exploratório, desenvolvida por meio de pesquisa bibliográfica e documental. O percurso foi organizado em duas frentes: mapeamento e análise crítica da literatura científica contemporânea acerca do Ensino Colaborativo, desenvolvimento docente e inclusão no Ensino Médio; e análise do novo marco normativo instituído a partir de 2025.

A busca bibliográfica foi realizada na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), SciELO e Google Acadêmico, considerando produções de 2025 a 2026, mediante quatro combinações de descritores: “ensino colaborativo” AND “formação continuada” AND “professores”; “ensino colaborativo” AND “educação inclusiva” AND “formação em serviço”; “Decreto 12.686/2025” AND “ensino colaborativo”; e “Decreto 12.773/2025” AND “ensino colaborativo”.

Foram identificados 17 registros na BDTD, 18 no Google Acadêmico e nenhum na SciELO, totalizando 35 registros iniciais. Após o cruzamento dos resultados e triagem por pertinência, considerando a articulação entre Ensino Colaborativo, formação continuada ou em serviço, Educação Inclusiva e Ensino Médio como contexto central, além da relação com a prática pedagógica e a sala comum. Permaneceram três produções científicas recentes que atenderam integralmente aos critérios estabelecidos.

Os estudos selecionados convergem para a relevância do Ensino Colaborativo no Ensino Médio e para a necessidade de processos formativos que favoreçam sua efetivação. Uma

produção enfatiza sua contribuição para a inclusão no Ensino Médio; outra evidencia a importância da formação continuada e das condições de implementação; e a terceira apresenta experiência formativa com professores dessa etapa, destacando o diálogo e o trabalho conjunto.

Depreende-se da análise que a colaboração docente, embora não constitua proposta inédita, apresenta uma dimensão formativa relevante. Ao atuarem em parceria, os profissionais debatem o cotidiano escolar, compartilham saberes, superam desafios pedagógicos, planejam conjuntamente e constroem soluções de ensino, aproximando formação e prática.

Os resultados também evidenciaram que sua efetivação não depende apenas da disposição individual dos professores, mas de condições institucionais relacionadas ao tempo, diálogo profissional, planejamento conjunto, definição de responsabilidades e espaços de formação e colaboração.

A análise do marco normativo amplia essa discussão. Os documentos de 2025 e 2026 fortalecem a centralidade da formação continuada e em serviço na Educação Especial Inclusiva. Não se confirma, contudo, que a legislação determine a adoção do Ensino Colaborativo, porém que o contexto de valorização da formação amplia a pertinência de discutir práticas formativas baseadas na colaboração profissional.

Desse modo, conclui-se que o estudo responde à questão proposta ao evidenciar que o Ensino Colaborativo pode contribuir para a formação continuada e em serviço ao transformar a rotina da sala de aula em um ambiente de reflexão crítica, aprendizagem mútua e construção de práticas pedagógicas inclusivas.

Palavras-chave: Ensino Colaborativo. Formação Continuada. Educação Inclusiva.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Disponível em: http://www.planalto.gov.br. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. **Decreto nº 12.773, de 8 de dezembro de 2025**. Altera o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025. Brasília, DF: Presidência da República, 2025. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 421, de 15 de maio de 2026**. Dispõe sobre a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva – PNEEI e sobre a Rede Nacional

de Educação Especial Inclusiva – Reneei. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Acesso em: 6 out. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria MEC nº 572, de 2026**. Institui os Centros de Formação Continuada e em Serviço em Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2026. Acesso em: 6 out. 2026.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; ZERBATO, Ana Paula. **O que é ensino colaborativo?** São Paulo: Edicon, 2019. Disponível em: https://repositorio.usp.br/item/002958655. Acesso em: 6 out. 2026.

CASTRO, Elias Brandão de; CARDOSO, Cintia Aurora Quaresma; TEIXEIRA, Sônia Regina dos Santos. O Ensino Colaborativo e a Inclusão Escolar de Estudantes Público da Educação Especial: uma Revisão da Literatura. **Revista Cocar**, [S. l.], v. 22, n. 40, 2025. Acesso em: 6 out. 2026.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GIVIGI, Rosana Carla do Nascimento; CAMARGO, Erica Daiane Ferreira; SILVA, Giovanna Santos da. Formação continuada em educação especial: perspectivas colaborativas para a inclusão escolar em Sergipe. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 82, 2025. DOI: 10.12957/teias.2025.91312. Acesso em: 6 out. 2026.

MENDES, Enicéia Gonçalves. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 33, p. 387-405, set./dez. 2006. DOI: 10.1590/S1413-24782006000300002.

SOUZA, Thayane Azevedo Pereira de; ROCHA, Maíra Gomes de Souza da. Inclusão escolar e ensino colaborativo: reflexões sobre a atuação do professor de Educação Especial. **Educação em Foco**, [S. l.], v. 30, n. 1, e30064, 2025. DOI: 10.34019/2447-5246.2025.v30.49474. Acesso em: 6 out. 2026.

VILARONGA, Carla Ariela Rios; MENDES, Enicéia Gonçalves. Ensino colaborativo para o apoio à inclusão escolar: práticas colaborativas entre os professores. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 95, n. 239, p. 139-151, 2014. DOI: 10.24109/2176-6681.rbep.95i239.2999.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. **A formação social da mente:** o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZERBATO, Ana Paula; CAPELLINI, Vânia Regina Boschetti. **Ensino colaborativo:** um modelo de prestação de serviços de educação especial. Bauru: Canal 6, 2019.